

RESPOSTA DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 08

Processo Administrativo nº24/2024

Pregão Presencial nº 02/2024

Assunto: Pedido de esclarecimento quanto ao Edital e Termo de Referência

A Pregoeira da Fundação do ABC, vem responder ao pedido de esclarecimento, impetrado pela empresa **IFOOD BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **33.157.312/0001-62**, encaminhado no dia 29/07/2024, através do e-mail: comissaodelicitacao@fuabc.org.br, atentando ao estabelecidos das normas do edital.

Previamente, há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso. Portanto, não há que se falar em efeito suspensivo. Tem a Pregoeira nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício e seus anexos, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

Quanto ao requisito de admissibilidade, cabe ressaltar que o mesmo foi impetrado dentro do prazo estabelecido em Lei.

DO QUESTIONAMENTO DA EMPRESA

- 1) **QUANTO AO QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO:** Atualmente, qual é o valor facial a ser depositado mensalmente em cada cartão?
- 2) **QUANTO AO PRAZO DE PAGAMENTO:** Considerando que sob a ótica dos Tribunais de Contas (a exemplo das decisões do TCESP exarado nos TC's nº 023342.989.22-5, nº 15735.989.22-0, nº 23711.989.22-8, nº 005476.989.23-1), o pagamento da taxa de administração é a efetiva remuneração da contratada pelos serviços de gestão, não contemplando como pagamento o repasse mensal dos créditos nos cartões a ser feito pela Administração à gestora contratada. Considerando ainda que de acordo com o artigo 175 do Decreto nº 10.584/212 e a

Medida Provisória n.º 1.108, de 25/03/2022 (convertida na Lei n.º 14.442/2022), determinam que o valor a ser depositado nos cartões dos servidores será repassado à contratada anteriormente à data estabelecida para o crédito nos cartões, e que o pagamento posterior, após a liquidação da despesa, ocorrerá apenas quanto à importância cobrada a título de taxa de administração. Está correto o nosso entendimento que a FUNDAÇÃO ABC, obedecerá a legislação que regulamenta o tema, assim como o entendimento do TCESP, realizando o pagamento dos créditos antes da disponibilização nos cartões dos colaboradores?

3) QUANTO À EMISSÃO DOS CARTÕES E COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Analisando o trecho extraído do edital abaixo, podemos entender que a licitante poderá emitir cartões separados ou cartões únicos, com a gestão de saldos (alimentação/refeição) separadamente, em obediência ao princípio da ampla competitividade? Em caso positivo, e ainda prestigiando a observância do princípio da ampla competitividade, o mesmo também pode ser aplicado quanto à comprovação atinente ao atestado de capacidade técnica, uma vez que licitante que fornece cartão único comprovará apenas o quantitativo de um cartão contendo as duas modalidades de saldo? Trechos do edital: Emissão de cartões: “5.5 O quantitativo atual de funcionários da Fundação ABC, sua mantida e suas unidades gerenciadas é de aproximadamente 27.000 (vinte e sete mil), sendo distribuídos como segue: Cartões separados de vale alimentação e vale refeição, 54.000 (cinquenta e quatro mil unidades). Cartões com dupla leitura tipo flex vale alimentação e vale refeição, 27.000 (vinte e sete mil).” Atestado de capacidade técnica: “7.7 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas: vale alimentação e b) vale refeição de forma satisfatória para empresa(s) com um efetivo mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de beneficiários da Fundação do ABC (27.000), para cada um dos benefícios.”

4) QUANTO À REDE CREDENCIADA: O edital prevê expressamente que a licitante deve possuir rede própria para atender aos colaboradores (trecho abaixo). No entanto, o Decreto n.º 10.854/2021 e a Lei n.º 14.442/2022, preveem a possibilidade de operacionalizar o arranjo de pagamento aberto (rede bandeirada) e fechado (rede própria), e, ainda a Lei n.º 14.442/2022 prevê a obrigatoriedade das empresas de arranjo de pagamento fechado promoverem a interoperabilidade entre si e com arranjos abertos, indistintamente. Qual a fundamentação legal para que o edital preveja que o fornecimento seja realizado apenas por meio de pagamento de arranjo fechado (rede bandeirada)? Podemos entender que as empresas que operam por meio de arranjo de pagamento

aberto (cartões bandeirados), garantindo os quantitativos exigidos no edital, podem participar do certame, uma vez que a proibição, além de ir contra a previsão legal, restringe a competitividade? Trecho do edital: “3.8.A Contratada deverá apresentar declaração comprometendo-se em disponibilizar a todos os beneficiários, na área de abrangência geográfica da Região de todas as cidades em que a Fundação do ABC atua na gestão de equipamentos de saúde que pertencem aos municípios do Grande ABC e Região Metropolitana de São Paulo e demais áreas Regional/Nacional, uma rede própria credenciada de atendimento para prestar os serviços;”

5) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA Previsão do edital: “A Contratada deverá indicar na assinatura do Contrato, o número da Central de Atendimento com ligação gratuita 0800 (ou outro modelo, desde que gratuito), 24 horas por dia, 7 dias por semana, para que os usuários possam comunicar perda, roubo ou extravio dos cartões, com imediata solicitação de 2ª via. Para o atendimento a identificação do beneficiário junto central de atendimento deverá ser efetuada mediante fornecimento do número do cartão, RE e/ou do CPF do beneficiário, sem a necessidade de informar quaisquer dados relativos a FUABC ou à Contratada. A Contratada deverá indicar na assinatura do Contrato, o número da central de atendimento personalizado e contato de e-mail, com horário de funcionamento nos dias úteis, no mínimo, das 08:00 às 17:00 horas, para que os fiscais e gestores do contrato benefício.” Perguntamos: Atualmente um dos principais objetivos do iFood Benefícios é oferecer a melhor experiência tanto para o servidor, quanto para o RH das companhias. Pensando na melhor forma de atender as necessidades das empresas optamos por trabalhar com um time interno, onde um executivo especializado ficaria responsável por todas as demandas da FUABC, além disto, disponibilizamos aos usuários através de nosso APP os principais serviços para atender a suas necessidades. Podemos considerar que esse modelo de atendimento atende a necessidade dos itens descritos acima?

6) ESTORNO DE CRÉDITO Nos termos da Legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, deve ser permitido ao trabalhador utilizar todo o saldo remanescente do instrumento de pagamento no momento da rescisão, cabendo, inclusive, à beneficiária (FUABC) orientar o trabalhador nesse sentido. Assim, podemos entender que este item do edital será desconsiderado, uma vez que vai de encontro à legislação? Trecho do edital: “Poderão ocorrer, também, solicitações de estornos de créditos efetuados no vale eletrônico, em função de desligamento de funcionários, os quais deverão ser efetuados num prazo máximo de 1 (um) dia após a solicitação.” Referência normativa: art. 462, § 4º, da CLT; arts. 174, inciso III e arts. 174,

§2º do Decreto nº 10.854 de 2021; art. 145, inciso VII, e art. 142, inciso V da Portaria MTP nº 672 de 2021.

7) **RELATÓRIO DE UTILIZAÇÃO PELOS COLABORADORES** O edital prevê a possibilidade de emissão de relatório o qual conste dados pessoais dos usuários (trecho do edital abaixo), no entanto, em função da previsão da lei de LGPD, não podemos disponibilizar os dados automáticos, por meio de plataforma, sem a devida fundamentação legal para a solicitação. Neste sentido, podemos entender que essa exigência poderá ser atendida mediante solicitação escrita e fundamentada? Trecho do edital: “f) Possibilitar a emissão de Extratos por usuários e Relatórios Gerenciais dos pedidos de créditos, contendo a relação dos servidores beneficiários, os valores, a data de crédito e o mês de referência;”

RESPOSTA:

Em que pese o pedido de esclarecimento, a Fundação do ABC, representada pela Pregoeira, responde:

1) Segue o custo estimado da MANTENEDORA, considerando que o valor global é variável, conforme a adesão das unidades e Convenção Coletiva de Trabalho que elas seguem.

VA AGOSTO		
CNPJ: 57.571.275/0001-00	QUANT FUNCIONÁRIOS	VALOR
MANTENEDORA	49	R\$ 10.097,92
Total Geral	49	R\$ 10.097,92
VA JULHO		
CNPJ: 57.571.275/0001-00	QUANT FUNCIONÁRIOS	VALOR
MANTENEDORA	50	R\$ 10.304,00
Total Geral	50	R\$ 10.304,00
VA JUNHO		
CNPJ: 57.571.275/0001-00	QUANT FUNCIONÁRIOS	VALOR
MANTENEDORA	52	R\$ 10.716,16
Total Geral	52	R\$ 10.716,16

VR AGOSTO		
CNPJ: 57.571.275/0001-00	QUANT FUNCIONÁRIOS	VALOR
MANTENEDORA	47	R\$ 31.960,94
Total Geral	47	R\$ 31.960,94
VR JULHO		
CNPJ: 57.571.275/0001-00	QUANT FUNCIONÁRIOS	VALOR
MANTENEDORA	48	R\$ 32.640,96
Total Geral	48	R\$ 32.640,96
VR JUNHO		
CNPJ: 57.571.275/0001-00	QUANT FUNCIONÁRIOS	VALOR
MANTENEDORA	50	R\$ 34.001,00
Total Geral	50	R\$ 34.001,00

2) No termo de referência “o pagamento da fatura será realizado na data definida pela CONTRATANTE, e os créditos terão que ser disponibilizados imediatamente, através da emissão da nota fiscal e relatórios de pedido, que devem ser enviados à CONTRATANTE em até 72 horas pós o envio do pedido.

3) Quanto a emissão dos cartões, não há problema de ser apenas um, desde que não haja migração de valores entre as modalidades alimentação e refeição.

Em relação ao atestado de capacidade técnica, deve conter o quantitativo exigido, independente de estar em um único cartão ou em dois.

4) Sim, conforme o PAT, as empresas podem ofertar os cartões com bandeiras. Sendo assim, fica dispensado de apresentar redes credenciadas mediante apresentação de declaração de arranjo aberto.

5) Sim, desde que atenda aos requisitos mínimos de atenção ao cliente, conforme instrumento convocatório.

6) A solicitação de estorno, trata-se sobre o desligamento do colaborador, no sentido de enviar o saldo para a empresa, ou seja, o saldo não foi depositado no cartão do colaborador e não teve a sua



efetivação, e nesse meio tempo ocorreu o desligamento do mesmo. Desta forma, é solicitado estorno do valor, para que não haja a efetivação do crédito e desconto em espécie na rescisão.

7) As partes, ao assinarem o contrato, pactuam responsabilidades quanto as informações contidas no LGPD, com isso, não há necessidade de solicitação escrita e fundamentada.

Santo André, 30 de julho de 2024.

Tatyana M. Palma Tavares
Pregoeira